



## Líderes vão acertar tramitação de *royalties*

Marco Maia anuncia, após reunião com Sarney, que deputados vão trabalhar para votar projeto na Câmara no início de novembro

Os líderes partidários da Câmara e do Senado devem se reunir na terça-feira para tratar da tramitação do projeto sobre os *royalties* do petróleo, anunciou o presidente da Câmara, Marco Maia. Representantes

do Rio de Janeiro e do Espírito Santo avisaram que vão às "últimas consequências" para impedir a perda de recursos com a nova divisão. "Vamos às ruas começar a campanha Veta Dilma", afirmou Lindbergh Farias. 5



Marco Maia e José Sarney decidirão novo cronograma com líderes partidários

Jonas Pereira/Senado Federal



Eunício Oliveira (D) preside instalação da Subcomissão de Segurança, que é ligada à CCJ e será presidida por Pedro Taques (2º à esq.)

## Subcomissão de Segurança Pública é instalada

colegiado vai atuar em conjunto com a comissão de juristas criada na terça-feira pelo Senado para atualizar o Código Penal. 3

Avança projeto que incentiva cooperativa de transporte 4

Vai à sanção novo prazo para servidor anistiado 2

Relator crê em consenso para o Código Florestal 8

## Comissão aprova futuro embaixador no Suriname

Cooperação na área de energia será prioridade, segundo Marcelo Baumbach 6



CDH e CE debatem universalização da educação especial: projeto deve ser votado na próxima semana, diz relator

Paim: projeto sobre ensino especial será votado terça 7



## SEMINÁRIO DE IDENTIDADE VISUAL NO SETOR PÚBLICO

21/10 - 14H30 ÀS 18H  
AUDITÓRIO DO INTERLEGIS - SENADO FEDERAL

AV. N2 - ANEXO E DO SENADO FEDERAL, TÉRREO

Palestras de Silvia Sardinha Ferro e Lincoln Seragini

### INSCRIÇÕES

www.senado.gov.br/relacoespublicas - srpeventos@senado.gov.br  
Tels.: (61) 3303-3343/1993 Fax: (61) 3303-1067



Projeto do senador Lobão Filho foi aprovado pelo Plenário na quarta-feira e segue para a presidente Dilma; se for sancionado, demitidos terão 180 dias para pedir reintegração

# Anistia para demitidos no governo Collor vai à sanção

O PLENÁRIO DO Senado aprovou, na noite de quarta-feira, projeto de lei de Lobão Filho (PMDB-MA) que reabre prazo para servidores federais demitidos pelo governo Collor pedirem reintegração em seus antigos cargos. A proposta (PLS 372/08), já aprovada pela Câmara, vai à sanção presidencial.

O novo prazo para que os servidores peçam readmissão é de 180 dias, que começam a contar 60 dias depois de a nova lei ser sancionada e publicada. De acordo com a assessoria de Lobão Filho, entidades sindicais estimam que a iniciativa poderá beneficiar cerca de 20 mil ex-servidores.

A reforma administrativa do governo Collor (1990-1992) cortou 125 mil funcionários, mas estima-se que muitos se aposentaram, morreram ou deram um outro encaminhamento para a vida profissional.

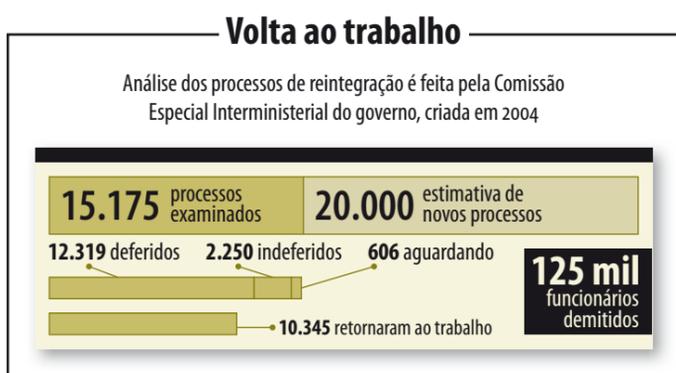
– De uma hora para outra, [os funcionários] viram-se traumáticamente abandonados pelo próprio governo, que lhes devia a proteção cidadã – afirma Lobão Filho.

O senador lembrou que, em 1994, o então presidente Itamar Franco enviou medida provisória que resultou na Lei 8.878, tratando da anistia aos servidores demitidos. Já no ano seguinte, entretanto, o governo Fernando Henrique Cardoso editou dois decretos para suspender as readmissões.

O tema foi retomado pelo governo Lula, que, em 2004,



Segundo a assessoria de Lobão Filho, 20 mil ex-servidores poderão se beneficiar



criou uma comissão especial interministerial (CEI) para analisar anistias de servidores. Desde então, foram examinados 15.175 processos de reintegração. Deste total, 12.319 foram deferidos; 2.250, indeferidos; e 606 aguardam julgamento. Do grupo que recebeu decisão favorável, 10.345 servidores retornaram aos seus postos de trabalho.

Na justificativa ao projeto, Lobão Filho ressalta que os prazos estabelecidos em 1994 e em 2004 para que os

ex-servidores apresentassem pedidos de reintegração foram pequenos e mal divulgados. Sua proposta original previa que o novo prazo fosse de 365 dias após a publicação da lei, período que a Câmara reduziu para 180 dias. Em outra emenda, os deputados estenderam a anistia aos servidores que se dispuseram a desempenhar suas funções no processo de liquidação de empresas extintas.

O projeto não estabelece pagamentos retroativos para quem conseguir reintegração.



Marta (de vermelho) explica que será feita pesquisa de equidade no Senado

## Programa sobre gênero e raça ganha comitê próprio no Senado

O Senado terá um comitê específico para o Programa Pró-equidade de Gênero e Raça, vinculado à Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República. A proposta, de Marta Suplicy (PT-SP), foi aprovada ontem pela Comissão Diretora.

A adesão da Casa ao programa foi formalizada em julho. O comitê terá representantes de todas as secretarias e unidades para promover a igualdade de gênero e raça nas práticas administrativas. Um levantamento do perfil do corpo funcional do Senado levou em conta faixa etária, escolaridade, cargos, funções, remuneração, formas de acesso e promoção, bem como informações referentes a processos de capacitação e qualificação, programas de saúde e segurança no trabalho, além de políticas de benefícios. A pesquisa englobou servidores efetivos, comissionados, terceirizados e estagiários.

O diagnóstico servirá como base para a formulação de um plano de ação, pelo comitê, para possibilitar o enfrentamento de eventuais problemas de desigualdade na Casa.

– O mundo todo hoje tem essa preocupação pela equidade entre homens e mulheres. Então, na primeira fase buscaremos uma ideia de como o Senado funciona em termos de equidade de gênero e raça. Depois vamos ver que ações precisamos implementar – explicou Marta Suplicy.

O Programa Pró-equidade de Gênero e Raça é uma iniciativa do governo federal que visa alcançar a equidade de gênero no trabalho por meio de novas concepções na gestão de pessoas e na organização das empresas. O objetivo é promover a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, respeitando as diferenças raciais nas organizações públicas e privadas.

## Senadores limitam sessões especiais e homenagens

O Senado aprovou uma resolução que vai diminuir o número de sessões especiais e de homenagens feitas nos dias de votação – geralmente terças, quartas e quintas-feiras. O projeto atende a reivindicações de senadores que reclamavam do excesso de homenagens. Segundo eles, essas sessões esvaziam as comissões permanentes ou impedem pronunciamentos no Plenário.

O projeto (PRS 22/08) prevê que, com exceção de visitas de chefes de Estado ou de governo, só haverá sessão especial uma vez por mês, na segunda ou na sexta-feira, e se não houver votações agendadas. A duração será limitada a duas horas, e a primeira homenagem só poderá ocorrer pelo menos 25 anos depois do fato a que se refere. O motivo da sessão só poderá se repetir uma vez a cada dez anos.

Em julho e dezembro não haverá sessões comemorativas, por serem meses finalizados com receso – e geralmente com votações dos projetos de diretrizes orçamentárias e do orçamento.

## Paim participa de congresso de aposentados e pensionistas

Paulo Paim (PT-RS) anunciou sua participação no 20º Congresso Nacional de Aposentados, Pensionistas e Idosos, que acontece em Goiânia até dia 23. O senador saudou o 26º aniversário da Confederação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (Cobap), com a qual disse ter estreitos vínculos.

Entre os temas a serem debatidos, Paim mencionou aumento real para aposentados e pensionistas, seguridade social, previdência pública e universal, a crise econômico-financeira mundial, fim do fator previdenciário, saúde dos idosos, alimentação e o Estatuto do Idoso.

O congresso deverá tratar também da eleição para o novo período da nova diretoria da Cobap, que por ter chapa única, informou o senador, reelegerá o atual presidente, Warley Martins.

Paim informou que hoje participará, juntamente com o presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, de debate em Porto Alegre sobre a Previdência Social. O senador

também estará presente da posse da diretoria do Sindicato dos Técnicos Industriais de Nivel Médio do Rio Grande do Sul (Sintec-RS).

Ele pediu a apreciação de projeto de sua autoria que institui o Fundo de Desenvolvimento de Pesquisa (Fundep). De acordo com Paim, a iniciativa vai garantir R\$ 9 bilhões para a área do ensino técnico. O senador comemorou a aprovação do PLS 448/11, por destinar mais recursos aos estados não produtores de petróleo, garantindo a eles uma parcela maior dos royalties, via Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Embora a bancada gaúcha tenha optado pelo substitutivo de Vital do Rêgo (PMDB-PB) ao projeto de Wellington Dias (PT-PI), Paim cumprimentou a postura aguerrida dos parlamentares representantes dos estados produtores do Rio de Janeiro e Espírito Santo, que saíram derrotados na tentativa de aprovar o PLS 625/11, de Francisco Dornelles (PP-RJ).

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário Discursos e comunicados

9h O Plenário realiza hoje sessão não deliberativa. Como não serão votados projetos, a reunião se destina a discursos dos parlamentares e a comunicados da Mesa.

### CRA/CCT/CMA Quilombos e terras indígenas

14h A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária realiza, em Porto Alegre, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, a 21ª reunião do ciclo de debates que vem promovendo desde o começo do ano. Desta vez, a discussão é sobre a política de regularização fundiária de territórios quilombolas e a demarcação de terras indígenas no Brasil, bem como possíveis impactos no agronegócio.

### Subsecretaria Identidade visual

14h30 A Subsecretaria de Projetos Especiais (Supres) promove, até as 18h30, o Seminário de Identidade Visual no Setor Público, que tem como objetivo debater padrões visuais, marcas e gestão da identidade visual. Entre os palestrantes, está a diretora de Internet e Eventos da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Sílvia Sardinha Ferro.

**SESSÕES ON-LINE:** Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões  
 Plenário: [www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao)  
 Comissões: [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao)

### TV Senado

A TV Senado transmite às 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Para senador, legislação que permite ao condenado por assassinato aguardar em liberdade o julgamento de seus recursos banaliza o crime de tirar vidas

## Reditario pede aprovação da PEC dos Recursos



O senador Reditario Cassol (PP-RO) pediu a votação e a aprovação da PEC 15/11, apresentada por Ricardo Ferraço (PMDB-ES), para reduzir a possibilidade de recursos a tribunais superiores.

Segundo a proposta, os recursos especiais e extraordinários são transformados em ações rescisórias e, assim, as decisões de segunda instância passam a ter eficácia imediata.

## Ana Rita apoia programa contra a violência



Ana Rita (PT-ES) disse que o Programa Estado Presente, do governo do Espírito Santo, pode ajudar a diminuir a violência entre jovens, levando a comunidades carentes e vulneráveis ações de cidadania e de combate à criminalidade. Segundo Ana Rita, dados da Secretaria de Segurança do Espírito Santo mostram que 391 jovens foram assassinados no estado de janeiro a maio deste ano.

# Sarney defende leis mais rígidas para homicídios

PARA QUE AS leis que tratam de homicídios consigam reduzir a impunidade é preciso que sejam revistas, afirmou o presidente do Senado, José Sarney. Atualmente, segundo ele, a chamada Lei Fleury (Lei 5.941/73) permite que assassinos permaneçam em liberdade enquanto recorrem de suas condenações. Para o senador, a medida banaliza o crime de homicídio, "que passa a ser tratado como outro qualquer, quando na realidade é o mais grave crime que há".

– Todo assassino tem de se defender preso. Passou-se a se matar à vontade no Brasil, e as pessoas, no dia seguinte, estão nas ruas. As famílias olhando aqueles que foram os responsáveis por sua dor livremente dentro da sociedade – disse.

Sarney lembrou o caso do jornalista Pimenta Neves, que em 2000 matou a namorada Sandra Gomide e levou 6 anos para ser condenado, mais cinco apelando em liberdade. "Foram 11 anos até que o réu, assassino confesso, viesse a ser preso de fato".

Ele chamou atenção para a instalação no Senado de uma comissão de juristas para promover a revisão do Código Penal Brasileiro, em vigor desde 1940. A comissão, sugerida por Pedro Taques (PDT-MT), é presidida pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Gilson Dipp.

Segundo Sarney, há um "pandemônio" no Direito



A menos que leis sejam revistas, diz Sarney, não se conseguirá reduzir impunidade

Penal do país, com nada menos que 117 leis qualificando 1.757 crimes e contravenções, o que, no entanto, não inibe a criminalidade.

O presidente do Senado disse que hoje, com 3% da população mundial, o Brasil tem 12% dos crimes do mundo. O último Mapa da Violência, elaborado pelo Ministério da Justiça em parceria com o Instituto Sangari, revela que apenas em 2008 foram assassinadas 50.113 pessoas no país. São 26 assassinatos para cada 100 mil habitantes, sendo que 85,2% deles vitimaram jovens de 15 a 24 anos.

### Instâncias

Outro problema apontado por Sarney seria "a aberração" de que uma sentença, para ser efetivada, precise passar por quatro instâncias.

O senador destacou levantamento do Núcleo de Estudos da Violência da USP mostrando que de 20% a 40% dos casos de homicídios levados às delegacias de São Paulo sequer se tornam inquérito. Dos que se tornam, 80% são arquivados. No Rio de Janeiro, o arquivamento chegou a 96%, disse Sarney, e entre abril e junho de 2011, de 41.177 inquéritos abertos apenas 219 originaram denúncias.

Outra consequência negativa da impunidade, alertou, é a criação de quadrilhas de justiceiros, o que reflete "a mais grave ausência do estado". Sarney concordou com o uso de penas alternativas em diversos outros crimes, mas para o homicídio defendeu punições mais severas.

O discurso foi apoiado por vários senadores que também lamentaram a impunidade no país.

## Taques saúda a comissão que vai rever Código Penal

Pedro Taques (PDT-MT) comemorou em Plenário a instalação da comissão especial de juristas, na terça-feira, para revisar o Código Penal, de 1940. Segundo ele, a legislação está defasada para atender uma "sociedade da informação complexa", com crimes como os cometidos pela internet e aqueles que envolvem responsabilidade difusa, a exemplo da corrupção.

– Todo penalista sabe muito bem o que fazer se um indivíduo, por exemplo, usa uma chave falsa para furar uma televisão, mas encontra grandes dificuldades legais para punir alguém que comete crimes de natureza difusa, coletiva ou mesmo transindividuais, como no caso dos responsáveis pela quebra de um banco ou crimes contra a humanidade – disse.

O senador mencionou pesquisa do Ibope sobre a preocupação do brasileiro com a violência: 51% consideram péssima ou ruim a segurança no país.



Para Taques, legislação está defasada para enfrentar os novos crimes

## Senado instala Subcomissão de Segurança Pública



Eunício, presidente da CCJ: objetivo é garantir as punições devidas e mais segurança e tranquilidade à população brasileira

Foi instalada ontem no Senado a Subcomissão Permanente de Segurança Pública, que deverá trabalhar em conjunto com a recém-criada comissão de juristas e colaborar na redação do projeto de reforma do Código Penal.

A subcomissão é subordinada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e Pedro Taques (PDT-MT) foi eleito para presidir-la. Ao anunciar a instalação, o presidente da CCJ, Eunício

Oliveira (PMDB-CE) informou que a ideia de criar a subcomissão surgiu do interesse comum dos senadores, que já vinham debatendo o tema com frequência nas reuniões da CCJ.

– Vamos reunir todas as matérias que já estão em tramitação, inserir novos debates e apresentar instrumentos para que os Poderes os executem, garantindo maior segurança e tranquilidade à população e as punições

devidas – disse.

Para Eunício, a comissão terá papel importante na reforma do Código Penal, juntamente com os juristas.

Pedro Taques afirmou que o principal desafio do colegiado é concretizar mudanças em relação à segurança pública e reunir os projetos de lei que tratam do assunto. Entre os temas de maior destaque, ele citou a redução da maioria penal e a unificação das forças

policiais. E disse que o debate desses assuntos deve contar com a participação da sociedade.

Com Taques, foram empossados o vice-presidente e o relator da subcomissão, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Eduardo Braga (PMDB-AM), respectivamente. Também participaram Lindbergh Farias (PT-RJ), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Demóstenes Torres (DEM-GO) e Jayme Campos (DEM-MT).

## Não há provas contra Orlando Silva, diz Vanessa Grazziotin

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) condenou a postura de parte da imprensa brasileira que, avalia, "tem divulgado acusações que não correspondem à realidade dos fatos" sobre o ministro do Esporte, Orlando Silva, e o Partido Comunista do Brasil. A senadora disse que a legenda "vem sofrendo uma verdadeira caçada" desde que a revista *Veja* publicou denúncias "sem qualquer indício de prova".

A senadora afirmou que o ministro "jamais pegaria recursos públicos" e que as denúncias pretendem enfraquecer o ministro, o partido e a presidente Dilma Rousseff.



Vanessa Grazziotin

## Inácio Arruda: "Ninguém arranca ministro no grito"

O líder do PCdoB no Senado, Inácio Arruda (CE), afirmou ontem que o partido decidiu "ir até às últimas consequências" na defesa do ministro do Esporte, Orlando Silva, alvo de denúncias de irregularidades.

– Ninguém arranca no grito ministro do PCdoB – afirmou o senador.

Inácio Arruda destacou que foi o ministro quem tomou a iniciativa de buscar a Procuradoria-Geral da República e a Polícia Federal para pedir a investigação. O senador afirmou que, apesar de defender a liberdade de imprensa, não concorda que ela seja usada para "enxovalhar a imagem das pessoas criminosamente".



Inácio Arruda

## Mozarildo denuncia envio de cartas falsas em seu nome

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) denunciou o envio de cartas falsas aos senadores em seu nome, sobre a redivisão do estado do Pará, uma demanda, sublinhou, que data de 1913. Ele solicitou investigação à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal.

O senador disse que defende "de maneira aberta" a redivisão territorial não só do Pará, mas também do Amazonas e do Mato Grosso, que totalizam mais de 50% do território do país. Para o senador, não é possível pensar que desigualdades regionais podem ser eliminadas tendo "estados-latifúndios", com a capital distante das outras cidades.



Mozarildo Cavalcanti

# Comissão aceita incentivo fiscal para cooperativa de transporte

Projeto de Marta Suplicy tira, da base de cálculo da Cofins e do PIS/Pasep que as entidades pagam ao governo, o dinheiro que elas repassam aos seus cooperados

O DINHEIRO QUE AS cooperativas de transporte público repassam a seus associados poderá ser excluído da base de cálculo da Cofins e do PIS/Pasep que essas entidades pagam ao governo.



Os senadores Lúcia Vânia, Blairo Maggi e Francisco Dornelles na reunião da CI

Esse benefício fiscal foi aprovado ontem pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). O projeto de lei ainda depende de aprovação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Sendo aprovado lá, não precisará ser submetido ao Plenário do Senado. Será enviado diretamente à Câmara.

O projeto de lei em questão (PLS 336/11) é da senadora Marta Suplicy (PT-SP).

Segundo Marta, a medida aumentará a formalização do trabalho em cooperativas e incentivará a competitividade no mercado – o que resultaria em melhores serviços para os passageiros, incluído o transporte escolar.

Para a senadora, a incidência da Cofins e do PIS/Pasep sobre a renda proveniente de serviços prestados por cooperados sob

intermediação de cooperativas desestimula o associativismo. Ou seja, favorece a informalidade no mercado de trabalho, gerando menos arrecadação de impostos e de contribuições para a Previdência Social.

Apesar de considerar que a proposta possa melhorar o transporte, o relator do projeto na CI, Walter Pinheiro (PT-BA), afirmou que a medida não é suficiente. Na avaliação dele, a maior parte das cidades é servida por transporte coletivo de má qualidade. O fundamental, diz o senador, é capacitar os

órgãos técnicos das prefeituras e treinar motoristas – para se mudarem antigas práticas.

– No geral, o que encontramos são veículos lotados e ruins, com piso alto, elevadíssimo nível de ruído, suspensões duras, veículos muitas vezes velhos e com manutenção precária, baixa frequência de linhas, horários não confiáveis, carência na oferta de sistemas de alta capacidade, como metrô e trens suburbanos, apenas para citar alguns dos muitos problemas – afirmou Walter Pinheiro.

## Concessão de aeroportos será debatida no Senado

A concessão dos aeroportos de Guarulhos, Campinas e Brasília à iniciativa privada será discutida em audiência pública pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). Requerimento de Cyro Miranda (PSDB-GO) foi aprovado ontem.

O senador disse estar preocupado com as consequências

da decisão do governo federal, já percebidas, segundo ele, com a greve iniciada pelos funcionários da Infraero nesses aeroportos.

Para a audiência serão convidados o ministro-chefe da Secretaria de Aviação Civil, Wagner Bittencourt, e o diretor-presidente da Agência Nacional de

Aviação Civil (Anac), Marcelo Guarany.

A CI também vai realizar audiência pública para esclarecer denúncias da revista *Época* sobre superfaturamento nos contratos das obras de reforma da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), em Araucária (PR).



Vital do Rêgo, presidente da CMO, e Arlindo Chinaglia, relator-geral do Orçamento

## Parecer preliminar do Orçamento deve ser votado na quinta-feira

O relatório preliminar do Orçamento de 2012 deverá ser votado na próxima quinta-feira. O prazo para a apresentação de emendas encerra-se na terça. O parecer, apresentado ontem na Comissão Mista de Orçamento (CMO), limita a R\$ 13 milhões as emendas individuais (25 por parlamentar). As emendas do relator-geral somarão R\$ 13,4 bilhões. Os dez relatores setoriais terão R\$ 6 bilhões cada um. O valor é três vezes superior ao do ano passado.

O relator-geral do orçamento, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), instituiu o mecanismo denominado Emenda de Participação Popular, que reserva verba a

ser usada por municípios de 5 mil até 50 mil habitantes em um projeto a ser definido pela própria população. Os valores vão de R\$ 300 mil a R\$ 600 mil.

Arlindo Chinaglia explicou que não destinou recursos para atender a demandas históricas, como o aumento do funcionalismo, incluindo o do Judiciário, ou as compensações aos estados pela Lei Kandir. Em vez de especificar valores, o relator-geral achou melhor deixar em aberto um espaço para negociar as demandas até o final da tramitação, em dezembro.

O deputado elogiou o relator da receita do Orçamento, senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

O relatório preliminar da receita do Orçamento de 2012, entregue por Acir Gurgacz (PDT-RO) à CMO, estima um aumento dos recursos não administrados pela Receita Federal para R\$ 117,4 bilhões.

O item mais relevante dentre essas receitas, com R\$ 32,6 bilhões (27,8%), é composto de parcelas recebidas pela exploração de petróleo, gás natural, recursos minerais e hídricos, a maior parte resultado da atividade petrolífera.

A projeção indica aumento de R\$ 3,5 bilhões em 2012 em relação a 2011. A projeção da receita dos royalties-petróleo trabalha com as hipóteses de preço médio do petróleo Brent de US\$ 111,64 por barril; taxa de câmbio média de R\$ 1,64; e programação da produção física de 2012 fornecida pelas empresas à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Outra importante fonte são os dividendos, com arrecadação prevista de R\$ 20,4 bilhões em 2012 – R\$ 3,3 bilhões a mais.

## Representantes de RJ e ES se mobilizam por veto

Representantes do Rio de Janeiro e do Espírito Santo já avisaram que vão às ruas, se preciso, para impedir que seus estados venham a perder recursos com a possibilidade de aprovação, na Câmara, da proposta de nova divisão dos royalties do petróleo já acolhida no Senado.

Lindbergh Farias (PT-RJ) disse que o Rio ficará “inviável” com a perda de recursos. Para ele, caso a presidente Dilma Rousseff sancione a lei, vai estar virando as costas para o estado. “Quem acha que o Rio está nadando em dinheiro deve ir lá ver a realidade da Baixada Fluminense”, completou.

O substitutivo de Vital do Rêgo (PMDB-PB) elaborado a partir do PLS 448/11, de Wellington Dias (PT-PI), foi aprovado no Senado na quarta-feira. “Não saímos como derrotados desta votação. Apenas perdemos uma batalha. São tantas as inconsistências deste projeto, que seremos vitoriosos no fim”, afirmou Lindbergh.

– Vamos às últimas consequências; vamos às ruas e começar a campanha “Veta Dilma” – disse.

Marcelo Crivella (PRB-RJ) disse que fluminenses e capixabas, 20 milhões de brasileiros, ficaram incomodados com a aprovação do projeto no Senado e irão às ruas lutar por seus direitos. “Na Câmara, as bancadas do Rio e do Espírito Santo vão se unir à oposição, e certamente podemos parar as votações importantes para o governo”, disse.

– Depois disso, ainda temos o Supremo Tribunal Federal – avisou.

Lindbergh também pediu que os senadores enfrentem o debate sobre o pacto federativo.

– Os royalties não são o único problema. Há também o Fundo de Participação dos Estados, que teremos de votar até o fim de 2012, a questão da dívida impagável dos estados com a União e a guerra fiscal – lembrou.

O senador ainda elogiou a decisão do presidente do Senado, José Sarney, de criar uma comissão de notáveis para tratar de assuntos referentes à Federação.

## Ana Amélia: discussão se deu sem partidatismo



Ana Amélia (PP-RS)

Ana Amélia (PP-RS) comemorou a aprovação do projeto que redistribui os royalties do petróleo entre todos os estados e municípios, ressaltando que a discussão se deu sem interesses partidários, programáticos ou ideológicos. Os senadores, disse, se manifestaram em nome dos interesses dos respectivos estados. Ela também disse que não é o melhor caminho recorrer ao Supremo Tribunal Federal contra a aprovação do projeto, como pretendem os estados produtores de petróleo. Segundo Ana Amélia, a melhor maneira para resolver as questões federativas é a realização de uma revisão profunda do pacto federativo.

## Sérgio Souza elogia “votação memorável”



Sérgio Souza (PMDB-PR)

Sérgio Souza (PMDB-PR) elogiou o Senado pela “votação memorável” do texto que redistribui os royalties de petróleo. Ele destacou a atuação dos senadores do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, que defenderam veementemente seus estados, e apelou à Câmara para que trate do projeto com a “devida urgência”. Para Souza, o relatório de Vital do Rêgo é “brilhante” e não prejudicará os estados produtores. Pelo contrário, afirmou, os estados e municípios que hoje têm direito à cerca de R\$ 12 bilhões terão, em 2022, R\$ 25 bilhões. O senador afirmou que o petróleo encontrado no mar é um bem da União e, por isso, pertence a todos os estados e municípios do país.

# Líderes das duas Casas vão acertar tramitação do projeto dos royalties

OS LÍDERES PARTIDÁRIOS da Câmara e do Senado devem se reunir na terça-feira para tratar da tramitação do projeto sobre a distribuição dos royalties do petróleo. A matéria já foi aprovada no Senado na quarta-feira e agora segue para análise dos deputados. O anúncio da reunião foi feito pelo presidente da Câmara, Marco Maia, ontem, após ser recebido pelo presidente do Senado, José Sarney.

Maia também informou que Sarney não vai convocar a sessão do Congresso prevista para a próxima quarta-feira, com o objetivo de analisar o veto à Emenda Ibsen Pinheiro, que destina recursos dos royalties do petróleo para os estados não produtores. A emenda foi vetada pelo ex-presidente Lula.

Segundo o deputado, a Câmara não tem condições de analisar o projeto dos royalties antes do dia 26, por conta de três medidas provisórias que trancam a pauta. “O Senado cumpriu sua parte no acordo de votar o projeto antes do dia 26. A Câmara também cumpriu sua parte ao não votar

as medidas provisórias e, assim, liberar a pauta do Senado”, disse.

Maia disse que a Câmara vai trabalhar para votar o projeto no início de novembro. Ele lembrou que o tema dos royalties interessa a todos os estados e é natural que o assunto não tenha um consenso. Ele disse, ainda, que não teme retaliação por parte das bancadas do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

– Há um clima favorável por parte de grande maioria dos deputados. Os estados produtores também poderão expressar sua opinião – afirmou.

## Ministério do Esporte

Marco Maia disse, ainda, não temer que as denúncias que envolvem o ministro do Esporte, Orlando Silva, interfiram na discussão da Lei Geral da Copa (Projeto de Lei 2.330/11), que está em tramitação na Câmara dos Deputados.

– Vamos construir acordos que agilizem sua votação – declarou.



Presidentes do Senado e da Câmara (L) anunciam que Congresso não vai apreciar veto à Emenda Ibsen na quarta

## Vital do Rêgo: senadores deram prova de vontade política ao aprovar projeto

O Senado deu uma prova de vontade política com a aprovação do projeto que trata da divisão dos royalties e participação especial entre os entes da Federação (PLS 448/11). A avaliação é de Vital do Rêgo (PMDB-PB), autor do substitutivo.

O senador defendeu a votação imediata do projeto na Câmara por considerá-lo importante para todos os estados brasileiros. Ele considera longo

um prazo de 30 dias, como se cogita, para análise de uma matéria “que está na ordem do dia”.

– Se não resolver, vai ficar em um regime de *stand by* – afirmou.

Vital ressaltou que não buscou a unanimidade para a aprovação do projeto, mas a maioria, e que é preciso aproveitar o “embalo” da discussão para concluir sua tramitação.

– Merece ser colocada em prioridade,

depois logo da DRU [Desvinculação de Receitas da União] – afirmou o senador, referindo-se ao mecanismo que permite o governo gastar livremente até 20% da arrecadação, em análise na Câmara.

No que se refere ao desgaste provocado junto aos estados produtores, que temem perda de receita com o projeto, o parlamentar lembrou que o presidente do Senado, José Sarney, já anunciou a criação de uma comissão de notáveis

para estudar o pacto federativo.

O assunto, segundo ele, interessa diretamente a todos os estados, por envolver questões ligadas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) e aos fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM), cujos critérios de distribuição terão de ser revistos pelo Legislativo por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

Vital do Rêgo considerou ainda como

“reações emocionais de quem não quer perder o que ganhou de 1998 para cá” as críticas feitas pelo governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, à aprovação da iniciativa.

– Não há prejuízo para o Rio. O que o Rio vai deixar de ganhar é a velocidade com que ganhava. Os números de 2010 comprovam. Os de 2011 não estão consolidados, mas ganhou. Houve aumento da produção no período – disse.

## Pinheiro quer novo critério para distribuição do FPM



Walter Pinheiro (PT-BA)

Walter Pinheiro (PT-BA) defendeu mudanças nos critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Para a repartição dos recursos, os municípios são divididos em 16 faixas populacionais e recebem de acordo com o número de habitantes, o que gera distorções.

Em 2010, segundo o senador, a diminuição do número de habitantes significou perda de receita para 172 cidades.

– Um município, quando varia do coeficiente de 0,6% para 0,8%, pode festejar porque sua receita cresce 33%. Já o que cai de 0,8% para 0,6% perde um quarto da sua receita.

## Flexa Ribeiro registra ganhos para os paraenses



Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) registrou que, de acordo com o projeto, o Pará receberá R\$ 376 milhões em 2012, sendo R\$ 233 milhões para o governo estadual e R\$ 143 milhões para os governos municipais. Em 2020, a previsão é que o estado receba R\$ 930 milhões e os municípios, R\$ 570 milhões. Flexa elogiou o cuidado do relator, Vital do Rêgo, para garantir, na distribuição dos recursos, uma parcela destinada aos estados e municípios produtores, fato para ele significativo, tendo em vista as recentes descobertas de importantes reservas de petróleo e gás no Pará e no Maranhão. – Foi um avanço importante para um compartilhamento mais justo da riqueza nacional – disse.

## Jucá: novas regras serão melhores para o país



Romero Jucá (PMDB-RR)

Romero Jucá (PMDB-RR) comemorou ontem a aprovação do novo modelo de distribuição dos royalties da exploração petrolífera.

O senador disse entender o posicionamento contrário das bancadas dos estados produtores, mas opinou que as novas regras serão melhores para o país como um todo.

Para o senador, a votação, ocorrida quarta-feira, foi muito importante para o país, pois a maior parte dos estados, que não são produtores de petróleo, passaram a receber recursos para investir. Jucá disse esperar que a Câmara dos Deputados aprove em breve a proposta.

## Para Lídice da Mata, vitória auxilia desenvolvimento



Lídice da Mata (PSB-BA)

Lídice da Mata (PSB-BA) considerou a votação de ontem “uma grande vitória, pois pode trazer um desenvolvimento mais igualitário para o país”. Ela elogiou o pronunciamento, pouco antes, do colega Walter Pinheiro (PT-BA), que instou a sociedade a discutir novos critérios de partilha dos recursos entre os entes federativos. Para a senadora, é preciso rediscutir a tributação no país e repensar questões relacionadas ao Fundo de Participação dos Estados (FPE) e ao Imposto sobre Circulação de Mercadores e Serviços (ICMS). – O Senado vai trilhando o caminho de dividir melhor as riquezas nacionais – disse.

## Wellington e Vital irão à Câmara expor o projeto



Wellington Dias (PT-PI)

Wellington Dias (PT-PI) afirmou que ele, autor do projeto aprovado (PLS 448/11) e o relator, Vital do Rêgo, foram convidados pelo presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, para participar de reunião marcada para a próxima terça-feira entre líderes partidários da Câmara e do Senado “para apresentar a memória do trabalho feito no Senado”.

O senador informou que a Câmara votará na semana que vem uma medida provisória para destrancar a pauta e, assim, abrir caminho para análise do projeto que redefine a divisão dos royalties do petróleo.

## Crivella critica União por ter “cedido muito pouco”



Marcelo Crivella (PRB-RJ)

Marcelo Crivella (PRB-RJ) lamentou que a União tenha “cedido muito pouco” na negociação sobre os royalties.

– Eu esperava que a guardiã maior do espírito da Federação pudesse ter tido mais generosidade – afirmou. Ele afirmou que o Rio de Janeiro arrecada R\$ 116 bilhões em impostos para a União por ano, mas recebe de volta, no máximo, R\$ 14 bilhões. Segundo Crivella, o estado é o segundo maior arrecadador, mas um dos últimos entre os que recebem investimentos. Ele enfatizou a retirada, do projeto, das linhas geodésicas que redefiniam o mar territorial brasileiro, que tirariam do Rio campos como o de Tupi.

## Ângela Portela: modelo novo reduz desigualdades



Ângela Portela (PT-RR)

Ângela Portela (PT-RR) comemorou a aprovação dizendo que o novo modelo de repartição dos royalties do petróleo permitirá que os estados das regiões Norte e Nordeste participem de maneira mais efetiva da riqueza nacional, o que contribuirá para a construção de um país mais justo. – Acredito que caminha-se para mais justiça social, com redução das desigualdades regionais e com mais bem-estar para o maior número de brasileiros – disse. Para a parlamentar, a distribuição da maneira atual poderia ser traduzida na aceleração das desigualdades, contribuindo para enriquecer ainda mais as regiões mais desenvolvidas do país.

## João Ribeiro vê início de novo pacto federativo



João Ribeiro (PR-TO)

João Ribeiro (PR-TO) elogiou a redistribuição dos royalties do petróleo, aprovada ontem, considerando que beneficiará a maioria dos estados do Brasil. Ele manifestou sua esperança de que a discussão dos royalties seja o ponto de partida para um novo pacto federativo e apoiou a aplicação dos resultados do petróleo no combate à miséria e na inclusão social. Segundo o senador, o novo critério fará a participação anual do Tocantins passar de R\$ 16 milhões para R\$ 250 milhões. – Dá para fazer 11 mil moradias. Temos um déficit de mais de 40 mil. Ainda temos muitos ranchos de palha e populações passando fome – disse.

Comissão de Relações Exteriores aprova indicação de Marcelo Baumbach para cargo de embaixador no país vizinho. Decisão segue para o Plenário

# Suriname: energia é prioridade, afirma diplomata

COOPERAÇÃO NA PRODUÇÃO de energia será um dos temas prioritários das relações entre Brasil e Suriname nos próximos anos. O anúncio foi feito pelo diplomata Marcelo Baumbach, cuja indicação para embaixador em Paramaribo recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Mensagem presidencial contendo a indicação será submetida ao Plenário.

Segundo Baumbach, até 2015 o Suriname precisará ampliar em 50% sua produção de energia elétrica. Uma missão técnica surinamesa estará no Brasil nas próximas semanas, como informou o diplomata, para discutir com técnicos da Eletrobras a assinatura de um memorando de entendimento para a realização de levantamento hidrológico daquele país, analisando seu potencial hidrelétrico e determinando como aproveitá-lo.

– Em energia elétrica, o Brasil tem importantes vantagens comparativas. E está perfeitamente disposto a cooperar com o Suriname – disse Baumbach.

Em resposta à relatora de sua indicação para o cargo, Ana Amélia (PP-RS), sobre como o Brasil poderia ajudar o Suriname a aumentar sua produção mineral, o diplomata citou o exemplo do petróleo. Ele informou que existem boas perspectivas de descobrir jazidas de



Ao lado de Fernando Collor, o diplomata Marcelo Baumbach falou sobre as relações do Brasil com o Suriname

petróleo na Bacia das Guianas e recordou a experiência de empresas brasileiras na exploração de petróleo em plataformas continentais. Observou ainda que garimpeiros brasileiros movimentam a economia local com a produção de ouro.

## Momento oportuno

No que diz respeito à relação política bilateral, Baumbach disse que o Brasil deve aproveitar as oportunidades que se abrem ao país no momento em que o Suriname anuncia sua intenção de se aproximar da América do Sul e a Holanda se afasta de sua antiga colônia.

Durante o debate, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) anunciou

que pretende defender no Parlamento do Mercosul, para o qual foi designado como membro, a inclusão do Suriname e da Guiana no bloco econômico. Luís Henrique (PMDB-SC) lembrou as discussões para a aprovação do novo Código Florestal e previu que, já na conferência Rio+20, em 2012, deverá crescer o debate sobre a necessidade de se importarem alimentos apenas de países que respeitem o meio ambiente.

Em resposta a Cristovam Buarque (PDT-DF), Baumbach informou que Brasil e Suriname planejam atuar em conjunto contra o tráfico de drogas. Eduardo Suplicy (PT-SP), por sua vez, manifestou sua preocupação

com a situação dos brasileiros no Suriname, enquanto Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu maior cooperação bilateral para a produção de energia no Suriname.

Ao final da reunião, foi aprovado requerimento de informações ao Ministério das Relações Exteriores, de autoria de Cristovam Buarque, a respeito de notícia publicada na imprensa sobre a suspensão de pagamento de contribuições brasileiras à Organização dos Estados Americanos (OEA). A suspensão teria ocorrido em suposta represália às críticas feitas pela Comissão de Direitos Humanos da OEA à construção da hidrelétrica de Belo Monte.



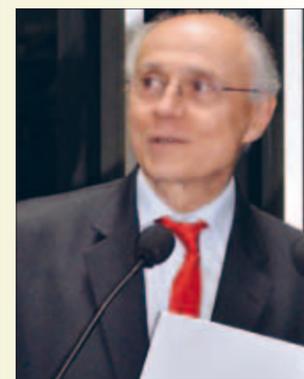
Fonte: IBGE e CIA World Factbook

## Suplicy elogia desempenho de Dilma no exterior

Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou ontem o desempenho da presidente da República, Dilma Rousseff, no Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (Ibas), realizado esta semana na África do Sul. Para Suplicy, a fala de Dilma na reunião de terça-feira "estabelece um novo padrão nas relações vigentes" entre as três nações.

O senador afirmou que Dilma "capta a grande mudança de paradigma que está em curso no mundo" ao defender o aperfeiçoamento do "diálogo financeiro".

O parlamentar também elogiou a presidente por defender o fim da repressão do governo da Síria contra manifestantes e condenar intervenções armadas contra populações civis, como as ocorridas na Líbia.



Suplicy comentou o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul

## Senadores querem barrar lei da Bolívia que legaliza carro roubado

Os senadores de Mato Grosso – Blairo Maggi (PR), Jayme Campos (DEM) e Pedro Taques (PDT) – deverão assinar requerimento solicitando providências ao governo brasileiro contra a lei boliviana que permitiu a legalização de carros contrabandeados para aquele país. O pedido será votado na CRE por sugestão do presidente da comissão, Fernando Collor.

Durante audiência sobre o tema, realizada ontem, o deputado estadual por Mato Grosso Emanuel Pinheiro afirmou que, devido à lei boliviana, estabeleceu-se uma "tabela paralela" de preços para os carros roubados. Um veículo popular pode ser trocado por um quilo de cocaína, enquanto uma caminhonete de luxo, por

até cinco quilos. Em 15 dias de vigência da lei, foram apresentados 130 mil pedidos de regularização de veículos.

O procurador Paulo Roberto do Prado, do Ministério Público de Mato Grosso, disse que, como muitos carros roubados no Brasil são trocados por cocaína, há risco de agravamento da criminalidade.

– O Mato Grosso corre o risco de se tornar um grande México – comparou, lembrando a atuação dos cartéis mexicanos.

O presidente da ONG Associação das Famílias Vítimas da Violência, Heitor Heyes, pediu aos senadores da comissão que visitem a fronteira, para ver de perto os problemas causados pelo tráfico.

## Aprovado ingresso do Brasil na Organização para as Migrações

O Senado aprovou ontem o ingresso do Brasil na Organização Internacional para as Migrações (OIM), decidido em 2004, e o texto de constituição da organização, criada em 1951. Também foram aprovados acordos com Angola e com a Índia sobre turismo e matéria aduaneira.

A OIM, que tem 132 países e 97 observadores, é especializada em temas como combate ao tráfico de seres humanos, migrações laborais, retornos voluntários assistidos, cooperação técnica e prestação de assistência emergencial.

Com o ingresso, o Brasil passou a colaborar com cerca de US\$ 467 mil, ou R\$ 822 mil, o equivalente a 1,7% do orçamento anual da entidade.

Segundo o Ministério das Relações Exteriores, a entrada do Brasil possibilitará o estudo do fenômeno migratório no país, com base na crescente migração regional para os centros urbanos, além de melhor compreensão da livre circulação de pessoas no Mercosul.

## Acordos

Celebrado em 2009, o acordo de cooperação entre Brasil e Angola na área de turismo prevê a simplificação nas formalidades para a entrada e saída de turistas. Já o acordo com a Índia sobre matéria aduaneira tem como objetivo assegurar o cumprimento da legislação relativa à importação, exportação e trânsito de mercadorias.

### Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney  
1º vice-presidente: Marta Suplicy  
2º vice-presidente: Wilson Santiago  
1º secretário: Cicero Lucena  
2º secretário: João Ribeiro  
3º secretário: João Vicente Claudino  
4º secretário: Ciro Nogueira  
Suplentes de secretário:  
Gilvam Borges\*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto  
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

### Presidência da Sessão

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marta Suplicy • João Ribeiro • Wilson Santiago • Ana Rita • Anibal Diniz

\* Licenciado

### Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem:  
Teresa Cardoso e Milena Galdino  
Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia  
Site: [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

### Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editor-chefe: Flávio Faria  
Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos  
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves  
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer  
Reportagem: Cíntia Sasse  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
Arte: Cássio S. Costa, Cláudio Portella e Diego Jimenez  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) – E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF  
Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Para Alvaro, emenda é fundamental

## Alvaro Dias quer urgência para a Emenda 29

Alvaro Dias (PSDB-PR) está reunindo assinaturas para requerimento de urgência na apreciação do substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 121/07 que regulamenta a Emenda 29.

O senador argumentou que aprovar a regulamentação é fundamental para os serviços de saúde pública receberem os recursos necessários.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou que a presidente Dilma considera prioritária a matéria. E informou que os líderes partidários no Senado devem se reunir na próxima semana para discutir o tema.



Senador destaca proposta da CAS

## Jayme defende incentivos para combate ao câncer

Jayme Campos (DEM-MT) comunicou que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida por ele, apresentou projeto de lei permitindo a dedução, no Imposto de Renda, de doações feitas a entidades que atuam no combate ao câncer (PLS 645/11).

O senador informou que a proposta cria a possibilidade de pessoas físicas e jurídicas fazerem doações e deduzirem os valores no Imposto de Renda. As doações, informou, poderão ser abatidas da renda bruta, no caso de pessoas físicas, ou como despesa operacional, no caso das pessoas jurídicas.

Relator na Comissão de Educação, Paulo Paim assume o compromisso de votar dia 25 projeto que garante atendimento na rede pública a alunos da educação especial, independentemente da idade ou da etapa escolar

# Senado deve votar na próxima semana a universalização da educação especial

PROJETO (PLS 589/11) de Cyro Miranda (PSDB-GO) que garante atendimento a alunos da educação especial na rede pública, independentemente da idade ou da etapa escolar, poderá ser votado em decisão terminativa nesta terça-feira, dia 25, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O compromisso assumido pelo relator, Paulo Paim (PT-RS), foi uma resposta ao apelo emocionado de pais e alunos especiais presentes ontem à audiência pública conjunta da CE e da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Presidente da CDH, Paim também deverá organizar um encontro entre parlamentares, pais e representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), na próxima semana, com o secretário de Educação do Distrito Federal, Denilson Bento da Costa. Na pauta, a incerteza quanto à renovação da matrícula para 2012 dos alunos da educação especial com mais de 18 anos.

A apreensão quanto à eventual perda de vaga foi levada ao debate por Maria do Socorro Cruz e Antonio Mantonini, pais de alunos especiais. Mantonini criticou a Resolução nº 1/2009 do Conselho de Educação do Distrito Federal, que determina frequência escolar em dias alternados para maiores de 21 anos. O agrupamento de alunos com diferentes tipos de deficiência em uma mesma sala de aula e o despreparo dos professores reforçaram as queixas.



Durante a audiência, coral do Centro de Ensino Especial nº 1 de Taguatinga apresentou a música *É Preciso Saber Viver*

## Deputados avaliam emenda à Constituição

Os pais de alunos especiais defendem a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 347/09, pronta para ser votada na Câmara, que garante "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, em qualquer faixa etária e nível de instrução".

Por sugestão de Cyro Miranda, um grupo de senadores da CE e da CDH deverá se reunir com o presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), para pedir prioridade na votação. No Senado, Paim quer apressar a aprovação do PLS 589/11 para levar a matéria para a Câmara na mesma ocasião.

– O poder público não está olhando para os 26 milhões que precisam de atenção diferenciada – disse Cyro Miranda.

Vice-presidente da CDH, Ana Rita (PT-ES) comentou a oportunidade de garantir no Plano Nacional de Educação – ainda em discussão na Câmara – um atendimento inclusivo e universal no ensino público. Já Wellington Dias (PT-PI) quer trazer a debate no Senado a aplicação do método americano Son Rise no tratamento do autismo.

O presidente da Subcomissão de Educação da OAB, Charles Roberto de Lima Júnior, elogiou a preocupação do PLS 589/11 de determinar

também a participação da família na definição do tipo de atendimento a ser oferecido.

Apesar de a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) já obrigar o Estado a oferecer educação especial, a coordenadora da Comissão de Direitos Humanos da OAB-DF, Regiane Presot, considera necessário deixar expresso na lei a garantia de atendimento.

Na audiência, o coral Acorde, do Centro de Ensino Especial nº 1 de Taguatinga, apresentou a música *É Preciso Saber Viver*, de Roberto Carlos.

– Eles são altamente capazes e nos ensinam muito todos os dias – disse o professor Marcelo Donizete da Silva Pereira.

## Cristovam destaca Brasil em disputa de ensino técnico

Cristovam Buarque (PDT-DF) informou que o Brasil conquistou o 2º lugar em olimpíadas do ensino técnico, que ocorreram em Londres, entre os dias 5 e 8 de outubro. A WorldSkills Competition 2011 é considerado o maior torneio de educação profissional e tecnológica do mundo.

– A ideia é descobrir os melhores estudantes em ensino técnico no mundo inteiro, em 46 especialidades – afirmou.



País ganhou 11 medalhas, diz senador

O Brasil enviou uma equipe com 28 estudantes, conquistando seis medalhas de ouro, três de prata e duas de bronze, além de dez certificados de excelência. Cristovam disse que as olimpíadas mostram a importância do ensino técnico no mundo.

## Premiação do Iphan é elogiada por Rollemberg

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) registrou a entrega do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, realizada em Brasília, em 19 de outubro. O senador destacou que o prêmio, entregue anualmente pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), exerce "papel fundamental na difusão de ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro".

– Ações que não são feitas apenas pelo Estado, mas também



Senador lembra trabalho da sociedade por forças vivas da sociedade, em todos os cantos do país.

Para Rollemberg, a premiação é "digna de um Brasil plural, mestiço e pulsante". Ele assinou as diversas ações premiadas pela preservação do patrimônio material e imaterial.

## Cuidador de idoso deve saber ler e escrever, diz especialista

Estima-se em pelo menos 20 milhões o número de idosos no Brasil – cerca de 10% da população. Para discutir a possível regulamentação da profissão de cuidador de idosos, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) fez audiência pública ontem. A regulamentação está prevista em projeto (PLS 284/11) de Waldemir Moka (PMDB-MS). Marta Suplicy (PT-SP), que solicitou a audiência, é a relatora.

Uma das questões da audiência foi a escolaridade. Marília Berzins, da ONG Observatório da Longevidade, disse que, nos cursos da sua entidade, exige-se ensino fundamental.

– É preciso saber ler, escrever, interpretar informações – alegou.

Outro tema foram os limites da atividade. Segundo o presidente da Associação dos Cuidadores de Idosos de Minas Gerais, Jorge Roberto Silva, cuidadores



Marta Suplicy (C), relatora do projeto que regulamenta a profissão de cuidador de idoso, coordena debate realizado na CAS

"não são nem têm a intenção de ser profissionais de saúde".

Waldemir Moka e Marta Suplicy opinaram que a ação de ministrar remédios deve ser permitida, desde que os medicamentos tenham sido prescritos.

Representando o Ministério do Trabalho, Ana Paula da Silva informou que hoje pouco mais de 10 mil cuidadores de idosos têm carteira assinada no Brasil. Ela ressaltou que "a profissão já existe; o que está

sendo discutindo agora é a sua regulamentação".

Já Luiza Machado, do Ministério da Saúde, lembrou que o governo lançou em 2008 o "Guia Prático do Cuidador", que está disponível na internet.

Relator da matéria em duas comissões, senador diz que projeto busca o entendimento ao substituir modelo policialesco por uma política de incentivos à conservação ambiental

## Luiz Henrique vê consenso sobre novo Código Florestal

O PROJETO DE novo Código Florestal a ser votado pelo Senado representará uma mudança do controle com base na fiscalização e na punição, para um modelo de incentivos à preservação ambiental. A avaliação é de Luiz Henrique (PMDB-SC), relator da proposta (PLC 30/11) nas comissões de Ciência e Tecnologia (CCT) e de Agricultura (CRA). Com o novo sistema, ele acredita em amplo consenso em torno da matéria.

– Vamos operar uma substituição da política policialesca pela política de incentivos econômicos e creditícios, de privilégios para os agricultores familiares e de reconhecimento de situações

históricas e consolidadas – disse o parlamentar.

O relator apresentará seu substitutivo em reunião conjunta da CCT e CRA na próxima terça-feira e prevê a votação no dia 8. Depois, o projeto segue para a Comissão de Meio Ambiente (CMA), onde é relatado por Jorge Viana (PT-AC), seguindo então para votação final em Plenário. Por conta das modificações feitas pelos senadores, a proposta voltará à Câmara.

Luiz Henrique adiantou que, em seu relatório, estarão separadas as normas transitórias das normas permanentes. No primeiro conjunto, estarão definidas as regras que permitirão

a regularização de situações “do passado”, ou seja, daqueles que desmataram áreas protegidas de forma irregular.

– Não anistiando, mas suspendendo o processo punitivo para os que aderirem ao programa de regularização – explicou.

No outro conjunto, estarão as “regras para o futuro”, para as normas de proteção dos recursos naturais hoje existentes. Na opinião de Luiz Henrique, o projeto terá consenso.

– Ao invés de termos uma votação cheia de paixões, cheia de discussões áspers, acredito que aqui no Senado teremos uma decisão mais madura, mais serena, mais cheia de bom senso.



Randolfe e Lindbergh (2º e 3º à esq.) ouvem representantes de compositores

## Associações acusam a Globo de atacar o Ecad para não pagar

Dirigentes das duas maiores sociedades de direitos autorais da classe musical disseram que o Escritório Central de Distribuição (Ecad) e suas associadas estão sendo atacados por salas de cinema e emissoras de rádio e TV que resistem a pagar pelo uso das músicas. A Rede Globo foi a principal citada por eles, ontem, na CPI do Ecad.

O presidente da Associação Brasileira de Música e Artes, Roberto Corrêa de Mello, contou que a Globo questiona na Justiça a cobrança de valores que o Ecad afirma serem superiores a R\$ 14 milhões. A ação está sendo examinada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

– Não estaríamos sendo investigados se não fosse esse litígio com a Globo – disse Mello.

O superintendente da União Brasileira de Compositores, José Antonio Perdomo, afirmou que a Globo sempre pagou pouco, enquanto as demais redes recolhiam 2,5% sobre o faturamento bruto. Segundo ele, a partir de 2005 a emissora depositou em juízo valor em torno de 0,5%. Depois o SBT entrou na Justiça.

Em resposta ao presidente da CPI, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Perdomo disse que a boa arrecadação do Ecad justifica o pagamento de gratificações a funcionários e dirigentes.

## Randolfe quer que OMC inicie debate sobre direitos autorais

Depois de ouvir esclarecimentos dos dirigentes de sociedades de autores, Randolfe Rodrigues anunciou que vai propor ao governo que abra questão na Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre regras para os direitos autorais conexos de obras musicais.

O presidente da CPI do Ecad afirmou que ficou convencido de que intérpretes e músicos brasileiros estão sendo prejudicados. São eles que, ao lado dos produtores fonográficos, devem receber os direitos conexos, que correspondem a um terço dos direitos distribuídos pelo Ecad, cabendo a autores e editores dois terços.

Randolfe questionou o fato de entrar no Brasil menor volume de pagamentos de direitos

autorais, em comparação com os valores enviados ao exterior.

A explicação dos representantes das associações foi que o problema é reflexo das diferenças de legislação, pois muitos países não reconhecem os direitos conexos. É o caso dos Estados Unidos, onde prevalece o direito do autor (*copyright*). Por ser signatário de tratados que reconhecem esses direitos, o Brasil recolhe e transfere os valores para o exterior, não ocorrendo o mesmo no sentido inverso.

Há também outro motivo para o Brasil receber menos do que envia ao exterior, segundo os representantes das associações de autores de músicas: o maior volume de execução de músicas estrangeiras no Brasil.

## Lindbergh sugere órgão de regulação para direitos autorais

O relator da CPI do Ecad, Lindbergh Farias (PT-RJ), disse que o sistema de arrecadação e distribuição de direitos autorais no país caminha para um modelo sob supervisão estatal. Ele adiantou que o relatório da CPI, com entrega prevista para a segunda semana de novembro, deverá incluir proposta para criação de um órgão público com essa atribuição.

As sugestões deverão ser encaminhadas para exame na Casa Civil, como contribuição para uma nova Lei de Direitos Autorais. Independentemente do teor de anteprojeto que está em debate no Ministério da Cultura, Lindbergh disse que sua visão em relação ao assunto corresponde à posição do governo. Ele aproveitou para pedir que as associações

de autores participem do debate e apresentem sugestões. Ele esclareceu que não se trata de defender uma intervenção estatal, nem de sugerir mecanismos burocráticos, mas lembrou que a crise no sistema financeiro internacional atual decorre de falta de regulação.

Além de investigar indícios de fraudes no pagamento de direitos autorais e denúncias de atuação em cartel pelas sociedades autorais, a CPI foi constituída para examinar a eficácia do atual sistema, baseado na existência de uma única sociedade arrecadadora – o Ecad. Na audiência de ontem participaram também os professores Pedro Mizukami, da FGV, e Allan Rocha de Souza, da UFRJ, que atuam em pesquisas na área de direito autoral.



Senadores Viana e Gurgacz com o deputado José Luís Tchê



Para Luiz Henrique, votação será “madura e serena”

## Estados pedem autonomia sobre as leis ambientais

A padronização de normas ambientais para todo o país e as obrigações fixadas de forma geral para os estados da região amazônica foram os aspectos da legislação florestal mais criticados pelos deputados estaduais reunidos em debate no Senado ontem. Os parlamentares, que integram a União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale), participaram de audiência conjunta da CRA, CCT e CMA.

De acordo com o presidente da Unale, deputado estadual José Luís Tchê (AC), a entidade defende maior autonomia dos estados na regulação dos recursos florestais.

– A Unale entende que diferenças regionais e situações consolidadas não podem ser tratadas de forma genérica. A autonomia dos estados deve ser respeitada – disse.

O presidente da Unale disse confiar que o projeto de reforma do Código Florestal irá resolver esses casos e conferir segurança jurídica para o avanço da agricultura brasileira.

Os senadores Luiz Henrique e Jorge Viana, relatores da matéria, analisaram aspectos da competência concorrente entre União e estados, na legislação florestal. Conforme explicaram, o novo código ordenará normas gerais, deixando aos estados regulações específicas.

## Destino de produção em reservas preocupa

A existência de atividades agrícolas e pecuárias em áreas de proteção permanente (APPs) e de reserva legal foi outro aspecto de grande preocupação dos deputados que se manifestaram na audiência pública.

– Em Minas Gerais, mais da metade da atividade agropecuária está em APPs, como o nosso café, que está nas mãos dos pequenos produtores, e o leite também – disse o deputado estadual Antonio Carlos Arantes (PSC).

O deputado também manifestou preocupação com os custos de recuperação de APPs, alertando para a necessidade de financiamentos destinados a custear, por exemplo, a colocação de cercas nas áreas protegidas.

O senador Jorge Viana, relator da matéria na CMA, reconheceu a importância de o novo código incluir instrumentos financeiros e econômicos para incentivar a recuperação e a manutenção dessas áreas. Conforme informou, os relatores do projeto estão em entendimentos com o governo federal para o direcionamento de incentivos da política agrícola para a prática. Como outras formas de financiamento, ele citou o uso de recursos dos fundos constitucionais, além de mecanismos de mercado para remuneração por serviços ambientais.

## Lira espera que governo assumira prestação de casa de desabrigado

Os desabrigados das enchentes de Alagoas não têm como pagar as casas populares que foram construídas pelo governo federal, que precisa arcar com esses custos. Foi o que defendeu Benedito de Lira (PP-AL), ontem, no Plenário.

As moradias estão sendo construídas com recursos do Programa Minha Casa, Minha Vida e terão prestações entre R\$ 150 e R\$ 200, quase o valor

da Bolsa Família, que a maioria dos desabrigados recebe.

– O desabrigado perdeu tudo: a casa, os móveis, os eletrodomésticos, a roupa, perdeu tudo. Está vivendo em uma casa de lona de aproximadamente 25 a 30 metros quadrados, dormindo num colchonete, vestindo roupas que lhe foram dadas, alimentando-se porque o governo paga. Para muitos deles, a renda é exatamente a



Valor é quase o mesmo da bolsa recebida pelas famílias, diz senador

do Bolsa Família. Como pagar? Tirar dinheiro de onde para pagar? – questionou o senador.